

Passarinho quer evitar o desastre

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) defendeu ontem a necessidade de os políticos encontrarem uma solução de consenso que evite "um resultado desastroso" no prosseguimento do confronto entre os poderes Executivo e Legislativo. Segundo ele, hoje não há mais uma rota de colisão entre os dois poderes, mas um conflito nítido entre a Constituinte e o Executivo.

Passarinho afirmou que os ataques partem de ambas as partes. Para ele, ainda há tempo hábil para uma negociação que permita a saída para o conflito. "E os políticos têm por dever achar uma solução", salientou. Lembrou que em 1961 havia uma guerra civil "praticamente declarada" no Brasil e chegou-se a uma solução: o parlamentarismo, no início do governo João Goulart.

O senador não quis apontar soluções para o conflito. O parlamentarismo poderia ser uma delas, na sua opinião já que o mandato se tornaria uma questão secundária. Mas fez questão de salientar que é presidencialista. Passarinho afirmou que a emenda que estabeleceu as eleições diretas para presidente da República entre outros pontos não modificou a duração do mandato. "Logo, retificou o prazo", concluiu. Para Passarinho, o mandato, no entanto, é assunto que pode ser discutido.

O senador não acha que o que já foi aprovado pela Constituinte torne o País ingovernável. Opinou que medidas como o turno corrido de 6 horas "criam desordens" em determinados setores. Ele disse que na Siderbrás há um cálculo de que serão necessários aproximadamente 21 novos empregados para atender à regra.

— Isso agrava o problema econômico, mas não digo que torna o País ingovernável — acrescentou. Para ele, o texto é "distributivista" e muitas vantagens poderão ter efeito negativo na prática. Ele acha que alguns pontos, como a licença-gestante, por exemplo, poderiam ter sido definidos em lei ordinária.

Constituinte acha que não atrasa Carta

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) afirmou ontem que o prazo para a elaboração da nova Constituição, fixada em 4 de dezembro do ano passado na mensagem do presidente José Sarney, foi derrubado pelo Congresso, na votação da emenda nº 26. Segundo ele, fazer uma Constituição com data marcada seria "uma limitação indebita".

A questão do prazo para a realização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foi levantada pelo presidente Sarney, no pronunciamento que fez sexta-feira pela manhã no programa *Conversa ao Pé do Rádio*. Ele disse que se o Congresso tivesse aprovado o seu projeto, "a Constituição já estaria pronta e em vigor há muito tempo". Sarney afirmou ainda que ninguém poderá acusá-lo de retardar a Constituinte.

O senador José Richa não concordou com a afirmação. Segundo ele, a discussão em torno da duração do mandato do presidente é responsável pelo alongamento dos trabalhos. "A Constituinte teria acabado antes do dia 4 de dezembro se o Presidente não tivesse criado, em maio do ano passado, a discussão sobre a duração de seu mandato", afirmou.

O senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES) partilha da mesma opinião do deputado Nelson Jobim. Segundo ele, não se pode fixar um prazo para a Constituinte.

— A Constituinte tem peculiaridades dela. Não se pode dizer que ela tem que ser desta maneira. Toda constituinte tem a sua característica própria — afirmou.

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli (RS), disse que não faltou empenho para que a nova Carta ficasse pronta até dezembro do ano passado. "Infelizmente não deu para terminar", acrescentou. Para Chiarelli, é muito difícil ter uma previsão exata para uma matéria tão ampla e genérica como a Constituição. Ele lembrou que algumas Constituições foram feitas num prazo de 12 meses. Outras, no entanto, levaram mais tempo, como a da Espanha, cuja elaboração durou um ano e seis meses. "E isso não foi motivo de crise", observou.

PMDB agiliza a Constituinte

Liderança decide facilitar os novos acordos com o Centrão

MARCOS HENRIQUE



Líderes do PMDB entendem que só a nova Carta e as diretas superam a atual crise

Promulgar a nova Constituição até o dia 21 de abril e marcar para novembro próximo a eleição presidencial. Só com essas duas providências será possível superar a crise política em que o País se encontra mergulhado, segundo concluiu um grupo de líderes do PMDB, reunido ontem pela manhã no gabinete do senador Mário Covas. Na ocasião, foi definida uma estratégia visando a aceleração dos trabalhos da Constituinte, que prevê desde a fu são de emendas até uma maior flexibilidade das esquerdas nos seus entendimentos com o Centrão, passando pelo adiamento das divergências internas do PMDB.

No esforço para apressar as votações, os peemedebistas dedicaram-se ontem a enxugar as emendas ao Título II. O resultado foi positivo: só no segundo capítulo, os destaques foram reduzidos de 96 para 13, o que permitirá que seja concluído já na sessão de amanhã. Neste ritmo, segundo o senador José Richa, em trinta dias deve estar encerrado o primeiro turno de votação do projeto constitucional. A polêmica questão do mandato presidencial seria definida daqui a dez ou quinze dias.

CRISE

Antes de passar ao exame das emendas, o grupo comandado por Covas fez uma análise do confronto entre o Executivo e a Constituinte. Os pronunciamentos do presidente Sarney em sua "Conversa ao Pé do Rádio" foram considerados sinal de desespero do governo diante da evidência de que o mandato de cinco anos já não tem chances de aprovação. Ao mesmo tempo, foi minimizada a importância da entrevista concedida sexta-feira pelo ministro do Exército, defendendo não cinco, mas seis anos de governo para o Presidente da República.

O senador José Richa, que é um velho amigo de Leônidas Pires, acha que ele limitou-se a manifestar uma opinião pessoal e já conhecida de todos mas es-

tá certo de que o general atuará sempre de acordo com os interesses nacionais. "E a vontade dos brasileiros, clara e inequivocamente, aponta para a necessidade da realização de eleições presidenciais o quanto antes. E o único fato político novo capaz de superar a crise, já que não há mais clima psicológico para qualquer tipo de entendimento entre o governo e os políticos".

Os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas preferiram rebater os argumentos utilizados pelo ministro do Exército em defesa do mandato de Sarney. Para Covas, eleição não perturba a economia, pois caros são "os desperdícios, a corrupção, as mordomias e a ferrovia Norte-Sul". Já Cardoso acha que o general enganou-se ao afirmar que antecipar a sucessão presidencial implicaria na realização de nova eleição a cada ano: "Pelo contrário, teríamos o pleito municipal simultâneo ao presidencial e só haveria novas eleições em 1990".

A ameaça do Palácio do Planalto de recorrer ao Supremo Tribunal Federal também foi muito comentada. O deputado Fernando Lyra, por exemplo, lembrou que o STF decide tendo por base a Constituição: "Se o governo fizer a consulta agora, com a Carta de 67 em vigor, a resposta será para os seis anos. Depois da promulgação do novo texto, tudo muda: valerá o mandato que a Constituinte tiver aprovado".

Já na opinião de Mário Covas, a questão do mandato é política, e não jurídica. Mesmo considerando o ponto de vista legal, contudo, ele entende que se a Constituinte é soberana para convocar eleições gerais — como quer o general Leônidas — também pode perfeitamente reduzir o mandato do presidente Sarney.

A declaração mais forte foi a do senador Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele, a Constituinte pode

tudo, até mesmo extinguir o Supremo Tribunal Federal. Esta medida, como lembrou, foi inclusive objeto de várias emendas nas diferentes fases do trabalho de elaboração constitucional.

ESTRATEGIA

A estratégia definida na reunião de ontem para agilizar a Constituinte passa por duas fases: flexibilidade das esquerdas na negociação dos acordos e proteção dos problemas internos do PMDB. A primeira tarefa está a cargo do senador Mário Covas, que foi autorizado a abrir mão de posições mais rígidas em troca da rápida conclusão das votações. Neste trabalho, ele terá a ajuda do deputado Nelson Jobim, encarregado da redução do número de emendas a serem votadas. O recurso da fusão de várias propostas em um texto único, segundo revelou, será utilizado com "muita intensidade".

Manter o PMDB unido até o final da Constituinte, para fazer frente aos ataques do presidente Sarney, é tarefa para o deputado Ulysses Guimarães. Na sexta-feira, ele conseguiu que o grupo histórico desistisse de reunir o Diretório Nacional do partido e ontem, na reunião de Covas, um dos mais entusiasmados com a rápida con-

clusão da Constituinte era o deputado Fernando Lyra, que antes pretendia deixar o PMDB ainda este mês.

"Na hora da crise, precisamos ficar todos unidos em torno da Constituinte. A discussão interna do PMDB fica para mais tarde", conformou-se o deputado pernambucano. Esse esforço do partido majoritário tentará obter respaldo junto às entidades representativas da sociedade, que promovem o "Dia Nacional de Advertência" na próxima semana. Segundo Fernando Henrique Cardoso, o movimento deve extrapolar a defesa de eleições-já e abraçar também a causa da Constituinte.

Aliás, na opinião do senador Mário Covas, o povo está bastante satisfeito com as decisões da Assembleia, que estaria desgastada não pelo conteúdo de suas propostas e sim pelo atraso nos trabalhos. A seu ver, quando o presidente Sarney aponta uma série de defeitos no texto em votação é apenas para disfarçar sua verdadeira insatisfação com a Constituinte, que se resumiria à duração do mandato. "Se ele parasse de se preocupar tanto com este assunto, talvez pudesse governar melhor o País", sugeriu.

Outra conclusão dos peemedebistas reunidos ontem

foi que a atual crise política favorece a aprovação do parlamentarismo pela Constituinte. Para os senadores José Richa e Fernando Henrique Cardoso, a situação está demonstrando claramente a precariedade do sistema presidencialista de governo. Muitos políticos já teriam mudado seus votos em favor do regime de gabinete desde que eclodiu o confronto Legislativo/Executivo.

NEGOCIAÇÃO

Para a manhã de hoje, está prevista uma reunião no gabinete de Covas, desta vez com os líderes de outros partidos e grupos autônomos da Constituinte. O objetivo é iniciar a negociação das emendas ao final do Título II e iniciar a discussão sobre o Título III.

Através da retirada de destaques e sobretudo da fusão de emendas, espera-se reduzir as votações na base de cinco para uma. Os temas polêmicos, em torno dos quais o entendimento não for possível, serão definidos no voto ou deixados para a legislação ordinária. No que se refere aos títulos dos direitos trabalhistas, atualmente, em votação, o PMDB vê pelo menos um ponto onde não há acordo possível: a questão da unicidade ou pluralidade sindical.